

Resumo do Relatório Anual - Exercício 2015

Plano B



PSS - Seguridade Social

Apresentação

Este relatório resumo foi elaborado conforme a Instrução número 13 de 2014 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC). Informações mais detalhadas sobre as atividades da PSS no ano de 2015 poderão ser consultadas no relatório anual disponível em nosso site www.pssnet.com.br.

Mensagem aos Participantes

Uma grave crise econômica e política se instalou no Brasil no ano de 2015, provocada pelo desequilíbrio orçamentário, pela queda dos preços dos principais produtos exportados (minério de ferro e grãos) e por escândalos de corrupção. Essa situação, além de afetar a governabilidade, provocou a escalada da inflação, uma forte depreciação cambial, o aumento das taxas de juros e do desemprego, bem como, uma significativa queda da renda das empresas e das famílias.

A crise prejudicou a maioria dos fundos de pensão brasileiros, mas, apesar dela, se comparados aos indicadores de mercado, os resultados dos investimentos do Plano B da PSS em 2015 tiveram um desempenho satisfatório, a exemplo do que vem ocorrendo nos últimos anos, conforme pode ser observado no quadro abaixo.

	RENTABILIDADES - %		
	1 ano	5 anos	11 anos
Plano B			
Renda Fixa	13,02	65,53	316,25
Total do Plano	12,23	70,27	337,87
Indicadores			
MÉDIA FUNDOS DE PENSÃO			
ABRAPP (*)	5,22	47,39	269,16
INFLAÇÃO(**)+6% AO ANO	17,02	87,49	248,61
SELIC	13,27	64,63	242,38
POUPANÇA	7,94	40,72	121,28
INFLAÇÃO(**)	10,40	40,10	83,63
IBOVESPA	(13,31)	(37,45)	65,49

Também merece destaque o fato do Plano B ter encerrado o ano com um superavit acumulado de R\$ 165 milhões. Isso atesta a sua boa solidez, já que esse valor é formado pelo excesso de cobertura das suas obrigações para pagamento de benefícios.

Em março o Conselho Deliberativo aprovou a retirada de patrocínio da Sopho dos planos de benefícios da PSS (Planos B e C) e em dezembro foi aprovada a retirada de todas as demais patrocinadoras desses planos. A previsão é que cada processo deve levar pelo menos dois anos para ser encerrado.

No restante desse relatório poderão ser analisadas detalhadamente mais informações relativas à gestão do Plano B.

Boa leitura!
Diretoria Executiva

(*) Fonte: ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar
(**) Inflação: índice IPC-DI - FGV

2 Patrocinadoras

PSS - Seguridade Social
Inbraphil – Inds. Brasileiras Philips Ltda.
Philips do Brasil Ltda.
Lumileds Iluminação Brasil Ltda.
Philips Medical Systems Ltda.
Sopho Business Communications - Soluções Empresariais Ltda.
Atos Brasil Ltda.

3 Órgãos Estatutários

A direção da PSS é exercida pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva de acordo com as atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social. As responsabilidades, bem como, a composição desses órgãos em dezembro de 2015, são as seguintes:

Conselho Deliberativo:

Órgão responsável pelas diretrizes da Entidade.

Euben Silveira Monteiro Junior	- Presidente
Patrícia Frossard Piteri Naufel	- Secretária
Iuliana Alina Asiminei	
Marcelo Roberto de M. Dourado	- Representante dos Participantes Ativos
Márcio Avila Barbosa	
Osvaldo Pasqual Castanha	- Representante dos Participantes Assistidos

Conselho Fiscal:

Órgão responsável pela fiscalização da Entidade.

José Francisco de Alvarenga	- Presidente
	- Representante dos Participantes
Edson Minto Dias	
Tereza Cristina Leal Rodríguez Bessa	

Diretoria Executiva:

Órgão responsável pela administração da Entidade.

José Carlos Craveiro Cadima	- Diretor Administrativo
Luiz Augusto Bastos Dias da Silva	- Diretor Gerente e Financeiro
	- Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ)
Wagner Fria	- Diretor de Seguridade

4 Plano Previdenciário

Plano B - Benefício Definido (BD)

Nesse plano, criado em 1977 e fechado a novas adesões desde 1996, os participantes conhecem previamente o valor do benefício, pois no momento da aposentadoria lhes é garantido um percentual do salário. O valor do benefício é calculado de acordo com a função que o participante exerce na empresa patrocinadora e seu tempo de participação na PSS, independentemente do montante acumulado durante o período de contribuição.

O participante contribui com um percentual de seu salário, definido pela sua idade na data de adesão ao plano. Esse percentual e a contribuição da empresa podem variar de acordo com a avaliação atuarial anual.

As contribuições formam um fundo coletivo que, acrescido dos rendimentos dos investimentos, garante o pagamento dos benefícios.

5 Quadro de Participantes e Assistidos

Em 31 de dezembro de 2015 a posição de participantes era:

Patrocinadora	Ativos	Assistidos	Total	
			2015	2014
Philips	12	3.086	3.098	3.127
Sopho	1	2	3	3
LP Displays (*)	1	416	417	422
Atos Brasil (*)	3	53	56	56
Autopatrocínio	1	-	1	1
BPD (Vesting)	90	-	90	106
Auxílio Doença	-	5	5	7
Total	108	3.562	3.670	3.722

(*) Inclui participantes remanescentes dos planos de retirada de patrocínio

6 Demonstrações Financeiras

6.1 Demonstração do Ativo Líquido e do Resultado Acumulado

R\$ MIL

Descrição	2015	2014	Variação (%)
1 - Ativos (disponível, recebível e investimentos)	1.638.148	1.576.325	3,92
- Disponível	53	468	(88,68)
- Recebível	2.488	2.334	6,60
- Investimentos	1.635.607	1.573.523	3,95
2 - Obrigações (*)	41.280	36.587	12,83
3 - Ativo Líquido (1-2)	1.596.868	1.539.738	3,71
4 - Provisões matemáticas (**)	1.431.143	1.406.214	1,77
5 - Fundos previdenciais (***)	1.020	2.009	(49,23)
6 - Superavit/déficit técnico (3-4-5)	164.705	131.515	25,24

(*) Exigível Operacional + Contingencial

(**) Benefícios a Pagar

(***) Retirada de Patrocínio

6.2 Demonstração da Mutações do Ativo Líquido

R\$ MIL

Descrição	2015	2014	Variação (%)
1 - Ativo Líquido - início do exercício	1.539.738	1.427.315	7,88
2 - Adições (*)	183.193	225.696	(18,83)
3 - Destinações (**)	(126.063)	(113.273)	11,29
4 - Ativo Líquido - final do exercício	1.596.868	1.539.738	3,71

(*) Contribuições + Resultados Positivos dos Investimentos

(**) Pagamento de Benefícios + Constituição de Contingências

6.3 Opinião do Auditor

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da PSS - Seguridade Social em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

São Paulo, 22 de março de 2016

PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes

6.4 Outras Observações sobre as Demonstrações Financeiras

Conforme exigido pela legislação, informamos que não há inadimplência de contribuições dos patrocinadores e nem dívida contratada com os mesmos.

Além disso, sobre as demonstrações contábeis, não há opinião modificada ou parágrafo de ênfase no relatório do auditor independente e nem apontamentos e recomendações dos Conselhos Fiscal e Deliberativo.

7 Avaliação da situação atuarial

7.1 Taxa Real de Juros Utilizada

O estudo técnico Especial elaborado pela Willis Towers Watson (atuário) indicou significativa capacidade de rentabilização dos ativos superiores na média a 6,00% ao ano, situando-se acima do máximo permitido (5,63% ao ano), conforme previsto na resolução CGPC nº 18/2006, e a Instrução PREVIC nº 23/2015. Com base nesse estudo, e após aprovação pela PREVIC dessa taxa, o Conselho Deliberativo aprovou a taxa real de juros (a meta atuarial) do Plano B para o cálculo atuarial de 2015, que, de 5,50% ao ano em 2014, passou para 6,00% ao ano.

7.2 Demais Hipóteses Econômicas e Financeiras

Projeção do crescimento real de salário	2,50% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo	
● Salários	98%
● Benefícios do plano	98%

7.3 Hipóteses Biométricas e Demográficas

Tábua de Mortalidade Geral	AT – 2000 Basic suavizada em 10%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	CSO – 1958
Tábua de Entrada de Invalidez	RRB – 1944 modificada
Tábua de Rotatividade	Experiência das patrocinadoras da PSS nos anos de 2005 a 2009
Tábua de Morbidez	Experiência Willis Towers Watson

7.4 Variação do Passivo Atuarial

Apesar do aumento da taxa real anual de juros (de 5,50% para 6,00% ao ano), os acréscimos nas provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder (vide item 6.1) foram acarretados principalmente pela atualização monetária.

7.5 Superávit Técnico do Plano

Em 31 de dezembro de 2015 o Plano apresentava um superávit técnico acumulado de R\$ 165 milhões (vide item – 6.1).

A manutenção do superávit acumulado, em 2015, decorre principalmente das oscilações favoráveis do patrimônio durante o exercício que suportou o crescimento das obrigações, bem como, o pagamento de benefícios do plano.

7.6 Conclusão do Atuário

“Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios B da PSS - Seguridade Social, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos”.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2016

Willis Towers Watson

8 Demonstrativos dos Investimentos

8.1 Gestão Externa (Terceirizada)

Segmento	R\$ MIL		Percentual (%)				
	Patrimônio	Despesas Administrativas	Distribuição no Plano	Distribuição entre Gestores	Rentabilidade Líquida	Índice de Referência	Divergência não Planejada ⁽²⁾
RENTA FIXA							
FUNDO/GESTOR							
-FI Renda Fixa Plano B / Bradesco	960.959	515	58,75	61,66	17,18	17,02 ⁽¹⁾	0,16
-FI Renda Fixa Plano B II / Itaú-Unibanco	327.477	268	20,02	21,01	7,27	17,47 ⁽³⁾	(10,20)
-FI Renda Fixa Plano B III / BTG Pactual	270.032	923	16,51	17,33	7,54	17,47 ⁽³⁾	(9,93)
TOTAL	1.558.468	1.706	95,28	100,00	13,02	17,02	(4,00)

(1) IPC-DI/FGV + 6,00% ao ano

(2) Divergência não planejada é a diferença entre a rentabilidade do segmento e o índice de referência

(3) A partir de 02/03/2015, os FIs Plano B II e Plano B III, passaram a ter como benchmark a meta atuarial do plano que é IPC-DI/FGV + 6,00% ao ano

8.2 Gestão Interna (Própria)

Segmento	R\$ MIL	Percentual (%)			
		Distribuição no Plano	Rentabilidade	Índice de Referência ⁽¹⁾	Divergência não Planejada ⁽²⁾
A - DEBÊNTURES HAUSCENTER ⁽³⁾	40.918	2,50	2,15	17,02	(14,87)
B - IMÓVEIS ⁽⁴⁾	35.009	2,15	(6,16)	17,02	(23,18)
C - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.212	0,07	17,15	17,02	0,13
TOTAL (A + B + C)	77.139	4,72	-	-	-

(1) IPC-DI/FGV + 6,00% ao ano

(2) Divergência não planejada é a diferença entre a rentabilidade do segmento e o índice de referência

(3) Reavaliação realizada em Nov'15 pela Empresa Cushman Wakefield Brasil

(4) Reavaliação realizada em Dez'15 pela Empresa Cushman Wakefield Brasil

8.3 Total do Plano (Gestão Terceirizada + Própria)

Segmento	R\$ MIL	Percentual (%)			
		Distribuição no Plano	Rentabilidade	Índice de Referência ⁽¹⁾	Divergência não Planejada ⁽²⁾
TODOS (Item 8.1 + 8.2)	1.635.607	100,00	12,23	17,02	(4,79)

(1) IPC-DI/FGV + 6,00% ao ano

(2) Divergência não planejada é a diferença entre a rentabilidade do segmento e o índice de referência

9 Demonstrativo de Gestão

9.1 Plano de Gestão Administrativa (PGA) - Interna

DESCRIÇÃO	R\$ MIL		
	2015	2014	Variação %
1. Custeio da Gestão Administrativa (Receitas)	3.627	3.473	4,43
Receitas	3.627	3.473	4,43
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.627	3.473	4,43
2. Despesas Administrativas (Previdencial e Investimentos)	3.627	3.473	4,43
Pessoal e encargos	2.044	1.896	7,81
Serviços de terceiros	1.135	1.123	1,07
Despesas gerais	159	171	(7,02)
Outras despesas	120	120	-
Tributos	169	161	4,97
Depreciações e amortizações	-	2	(100,00)
Despesas Administrativas (2) / Ativo do Plano (Item 6.1.1)	(*) 0,22	(*) 0,22	

(*) Inferior ao limite de 0,40% estabelecido pelo Conselho Deliberativo no RPGA (Regulamento do Plano de Gestão Administrativa)

9.2 Gestão de Investimentos – Externa (Terceirizada)

R\$ MIL

DESCRIÇÃO	2015	2014	Variação %
Custódia	542	513	5,65
Taxa Administrativa	216	208	3,85
Taxa Performance	663	129	413,95
Taxa Fiscalização CVM	145	104	39,42
Despesas Gerais	115	103	11,65
Auditorias	25	40	(37,50)
TOTAL	1.706	1.097	55,52

10 Política de Investimentos Vigente em 2015

(aprovada pelo Conselho Deliberativo em 17 de dezembro de 2014)

A Política de Investimentos de 2015 tem como objetivo definir as diretrizes dos investimentos do Plano B para os gestores, o custodiante dos recursos, os órgãos reguladores, os participantes e os beneficiários.

Alocação de Recursos

Dado que a maioria dos participantes do Plano B já está suplementada, seu fluxo de pagamento de benefícios tem boa previsibilidade. Portanto, os investimentos para saldá-lo deverão preferencialmente ser realizados de forma a garantir liquidez previsível no curto, médio e longo prazo.

As alocações ocorrerão conforme os limites abaixo:

Renda fixa - O Plano manterá no mínimo 90% investido, através de fundos de investimento exclusivos, ou seja, nos quais a PSS é a única cotista. Esses fundos terão preponderantemente ativos indexados ao IPCA do IBGE e os seguintes tipos de gestão:

- a) Gestão Passiva, na qual serão alocados os títulos que deverão ser levados a vencimento, pois não há intenção de negocia-los.
- b) Gestão Ativa, na qual serão alocados títulos que não deverão ser levados a vencimento, pois eles podem ser negociados antes.

Imóveis - A alocação máxima permitida pela legislação em imóveis é de 8%. Embora a PSS esteja abaixo desse limite, não há a intenção de aumentar os investimentos nesse segmento em 2015.

Renda variável - A alocação nesse segmento ocorrerá através da propriedade de debentures perpétuas emitidas pela Sociedade de Propósito específico, denominada Hauscenter, que tem participação nos resultados do World Trade Center (WTC) de São Paulo.

Empréstimos - O limite para as operações com cada um dos participantes ativos e assistidos será de cinco e duas vezes o salário/benefício respectivamente. A taxa de juros cobrada será igual a IPC/DI da FGV + 6% ao ano. Além disso, será cobrada, no ato da liberação de cada empréstimo, uma taxa administrativa.



PSS - Seguridade Social

www.pssnet.com.br

Rua Dr. Rafael de Barros, 209 - 11º andar - Conj.112 - Paraíso - São Paulo - SP
CEP: 04003-041 - PABX: (11) 3594-6150